

## **PROJETO RONDON 2005: DIAGNÓSTICO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DO MUNICÍPIO DE TEFÉ (AMAZONIA)**

Coordenador: ROSINHA DA SILVA MACHADO CARRION

O presente trabalho se insere no contexto do Projeto Rondon 2005, do qual participaram, na etapa de diagnóstico, realizada de 15 a 29 de janeiro, desse ano, cerca de 50 professores e 150 estudantes de universidade brasileiras. Ele retrata a participação da Equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A retomada do referido projeto, teve por objetivo geral realizar o diagnóstico da situação social, econômica, educacional, sanitária e de infra-estrutura, em onze municípios do Estado do Amazonas de modo a subsidiar futuras ações do Poder Público Municipal, Estadual e Federal com vistas ao Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Região. Coube a equipe UFRGS realizar, em conjunto com as equipes das Universidades Rural do Rio de Janeiro, Federal de Uberlândia, Federal de Minas Gerais, Federal de Viçosa e Estadual do Mato Grosso do Sul o diagnóstico do Município de Tefé, o qual se encontrava sob intervenção federal. O estudo exploratório-descritivo, de natureza quali-quantitativo, realizado pela equipe, e que foi consolidado em relatório de 391 páginas, enviado ao Ministério da Defesa, em março de 2005, utilizou como técnicas de levantamento de dados: (i) busca prévia de informações, via Internet, (ii) consulta a fontes secundárias (documentos oficiais, relatórios, projetos e folders obtidos no local); (iii) entrevistas geralmente gravadas, com autoridades e administradores públicos municipais, estaduais e federais, de Organizações Não Governamentais, religiosos, professores universitários, lideranças sindicais e da sociedade civil, bem como moradores da cidade e da zona rural; (iv) participação em eventos públicos, tais como festas tradicionais e palestras; (v) observação etnográfica; (vi) diário de campo; (vii) visitas às comunidades rurais, ou ribeirinhas, orientadas por roteiro prévio. As categorias de análise adotadas foram as definidas no documento disponibilizado pelo Ministério da Defesa, quando da publicação do Edital, a saber: População, Organização Política, Habitação, Produção, Comercialização, Saúde, Educação, Infra-estrutura e Saneamento (Água, Esgoto, Energia), Transportes, Cidadania, Ações do Poder Público, Programas Sociais (Fome Zero) e de apoio ao Desenvolvimento. O referido documento previa, ainda, o envolvimento das equipes, na identificação de programas, e projetos de interesse social planejados, ou em andamento, o levantamento de interesses, e necessidades locais, bem como a proposição de medidas e ações, a serem implementadas pelo poder

público, com o objetivo de contemplá-las. A análise dos dados coletados revelou uma situação de dramático abandono, tanto da população que vive em Tefé, a capital do município, que dista 516 Km em linha reta, e a 663 Km por via fluvial, de Manaus, e opera como pólo comercial, econômico e financeiro da região do Alto Solimões, como das cerca de 15 mil pessoas, distribuídas entre as 62 comunidades rurais ou ribeirinhas, e que vivem isoladas da sede municipal, pela absoluta ausência de qualquer meio de comunicação e de transporte público. Em todas as áreas investigadas os problemas são inúmeros. Para uma população de aproximadamente 80 mil pessoas, o Município de Tefé conta com seis médicos clínicos gerais, um hospital com sessenta leitos e um posto de saúde sem condições de operar. Não existe sequer material básico, como soro antiofídico, gaze e luvas descartáveis. A região é caracterizada por muitas endemias: malária, leishmaniose, hanseníase e hepatite. Não há programa de saúde, de vacinação, de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, ou pré-natal. A rede pública de ensino dispõe de 331 professores para o ensino fundamental, destes apenas cerca de 25% são concursados. São seis escolas de ensino fundamental, com aproximadamente cinco mil e quinhentos alunos matriculados. Não há escolas municipais de ensino médio. Na medida em que registros públicos, ou não existem, ou se revelaram não confiáveis, não é possível avaliar com precisão, a demanda por vagas, bem como os índices de evasão, e repetência escolar. Ainda, assim, conforme relatos, e fatos constatados, a situação é alarmante, e se reproduz nas comunidades ribeirinhas. A situação da merenda, é igualmente, crítica. Em 2004 foram recebidas apenas nove cotas de merenda, dessas, cinco foram destinadas à zona urbana, e quatro para a zona rural. Ainda com relação à zona urbana, cabe destacar a ausência de representações de órgãos públicos, como o Ministério do Trabalho. Das 78% das pessoas ocupadas e remuneradas, que declaram ter algum tipo de rendimento, na capital Tefé, algo em torno de 80% teria renda mensal nominal inferior a 3 salários mínimos, e conforme declaração de autoridades locais, mais de 90% dos trabalhadores da Prefeitura Municipal não é concursado, situação essa que abrangeria cerca de 75% dos professores da rede pública de ensino. Falta de perspectiva para os jovens; altas taxas de natalidade; ausência de um programa de planejamento familiar institucionalizado, gravidez na adolescência, casos de prostituição infantil, sociedade civil desorganizada, ausência de mecanismos de controle social, falta de incentivos, e alternativas culturais, são alguns dentre os inúmeros problemas constatados, e que atentam para os direitos humanos e sociais da população de Tefé. Ao que se soma a precariedade de sistemas de abastecimento de energia, água e a ausência de um sistema público de saneamento básico. Grotescos urubus, disputando com

pedestres o espaço nas raras calçadas, crianças catando em meio ao lixo urbano, e hospitalar depositados ao céu aberto, ausência de vigilância sanitária, exploração do trabalho, são situações que se somam, e cujas conseqüências perversas se fazem sentir nas mais diversas esferas da vida. É, igualmente, preciso apontar, como se pode verificar in loco, a absoluta ausência de assistência técnico agrícola às comunidades rurais, ainda que não seja essa a situação relatada em documentos oficiais, mesmo os do ano em curso. A implantação de um programa dessa natureza poderia viabilizar o desenvolvimento de outras culturas, além da mandioca, que se institui como verdadeiro padrão econômico regional, e que é cultivada, e processada de modo totalmente artesanal, e vendida por preço aviltante. Conforme informações repetidas de modo recursivo, cerca de 90% da produção seria adquirida informalmente, por um único comerciante. Evidências de uso irresponsável de recursos públicos, sobretudo na zona rural, onde os fatos são alarmantes, não apenas sob o prisma social, como colocam em risco a preservação do meio ambiente, e em muitos casos atestam o desrespeito aos princípios básicos dos direitos humanos, também foram registradas, no Relatório UFRGS, encaminhado ao Ministério da Defesa Nacional, o qual conta, igualmente, com 26 páginas de recomendações, no sentido de nortear a intervenção das autoridades públicas, a nível municipal, estadual e federal. Até o momento desconhecemos as providências tomadas, a par a modificação na forma de repasse dos recursos do Programa Bolsa Família, processo esse no qual tivemos participação ativa.